

Abdelmalek Sayad,

MARIA DO ROSÁRIO ROLFSEN SALLES

JOSÉ RENATO DE CAMPOS ARAÚJO

R

ecentemente publicado pela Edusp, o livro intitulado *A Imigração ou Os Paradoxos da Alteridade*, do sociólogo argelino radicado na França Abdelmalek Sayad, bastante conhecido no meio acadêmico francês pela lucidez com que retrata o processo da imigração argelina na França, reúne uma série de textos originalmente publicados como artigos em diversas publicações das quais a mais conhecida entre nós é a revista *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, da Maison des Sciences de l'Homme, em colaboração com o Collège de France e École des Hautes Études en Sciences Sociales, dirigida por Pierre Bourdieu.

A importância da divulgação desta obra em português está menos no

fato de ser uma das mais importantes análises sobre a imigração argelina na França, o que em si já é um tema dos mais candentes entre os estudiosos da imigração, mas sobretudo por representar uma verdadeira teoria da imigração combinada à apresentação de uma belíssima metodologia de pesquisa que se poderia chamar de refinada “etnografia das migrações”. Aliás, é como se, como diz P. Bourdieu no prefácio, ao dar voz aos que dela são despossuídos, o sociólogo se tornasse “escrivão público”, descrevendo seu exílio, “*elghorba*”, sem jamais instituir-se como porta-voz, sem jamais se valer da palavra dada, conseqüindo ser fraterno sem confraternizar.

Talvez a especificidade da experiência migratória dos argelinos na França se deva primeiro ao fato de que o movimento se constitui como uma imigração

MARIA DO ROSÁRIO ROLFSEN SALLES

é professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da FCL-Unesp, Araraquara, pesquisadora do Idesp e autora de *Os Médicos Italianos em São Paulo – 1890/1930* (Fapesp/Sumaré).

JOSÉ RENATO DE CAMPOS ARAÚJO

é doutorando do Programa de Ciências Sociais do IFCH-Unicamp e pesquisador do Idesp.

A Imigração ou Os Paradoxos da Alteridade, Abdelmalek Sayad, prefácio de Pierre Bourdieu, tradução de Cristina Murachco, São Paulo, Edusp, 1998.

de trabalho e assim entendida estritamente pela sociedade francesa, apesar de ter-se tornado mais tarde uma imigração familiar progressiva e também por se caracterizar como uma imigração de colonizados, isto é, de trabalhadores coloniais. O importante é que se trata de uma importação de trabalhadores, jamais de cidadãos, atuais ou futuros. Os imigrantes argelinos, diz o autor, constituem, depois dos imigrantes portugueses ou no mesmo patamar, a comunidade mais numerosa e, principalmente, a mais antiga em território francês e certamente a mais numerosa proveniente de um país não-europeu e de Terceiro Mundo.

Os textos, embora escritos entre 1975 e 1988, em nada perderam da atualidade da discussão, mas, ao contrário, representam muito da própria lógica do movimento migratório ao apresentarem, numa ordem cronológica e temática, como diz o autor na introdução, o itinerário da experiência ao mesmo tempo individual e coletiva do ser emigrante/imigrante sem reduzir as fases em que o movimento se dá, a uma ordem simplesmente linear. O imigrante é antes de tudo um emigrante e os vínculos que estabelece com a sociedade receptora são em grande parte construídos no país de origem.

Essa idéia de que não é possível analisar o problema entendendo-se os indivíduos como somente imigrantes, na medida em que são em primeiro lugar emigrantes, é que dá o fio condutor entre os artigos reunidos nesta obra, além do fenômeno migratório ser compreendido como um ponto de encontro das ciências sociais por ser um “fato social total”. O itinerário do migrante é entendido também como um “itinerário epistemológico”, onde a análise de sua totalidade requer o instrumental conceitual e metodológico de suas diversas disciplinas.

um “escrivão público”

Portanto, no fim da leitura desse conjunto de artigos, o leitor poderá constatar que há uma teoria geral das migrações com essas duas idéias sendo sua base.

A importância da tradução dessa obra nasce justamente dessas idéias, pois permite ao autor fugir do perigo dos estudos migratórios, que em geral encerram-se na sua própria importância temporal e espacial. A obra se torna um tratado que pode servir para a reflexão das migrações em geral, sejam as modernas ou as do período da grande imigração para a América, não restringindo sua importância somente para aqueles que se interessam sobre o tema das migrações para o território francês.

Assim, o primeiro texto, que se chama “*Elghorba*: o Mecanismo de Reprodução da Emigração”, ao se apoiar no discurso de um emigrante originário da Cabília, remete-nos a um mecanismo que talvez seja comum a todos os processos migratórios: a construção de algum tipo de “ilusão” compartilhada pelos três parceiros envolvidos no processo; a sociedade de emigração, a sociedade de imigração e os próprios indivíduos que se deslocam nesse espaço.

Na medida em que a emigração envolve algum tipo de desenraizamento do ponto de vista de quem parte, e é vista como provisória pela sociedade de emigração, pela sociedade receptora e pelos próprios, a emigração/imigração cria e perpetua essa ilusão da provisoriedade que é vivenciada por todos, mesmo quando a imigração familiar já se instalou. Além disso, como fica evidente pelo depoimento do informante, a ilusão continua a ser alimentada, mesmo que todos compartilhem a verdadeira situação dos argelinos na França. Se há trabalho e se os que voltam para a aldeia apresentam-se bem vestidos e gastam dinheiro, isso basta para os candidatos a emigrantes sentirem-se encorajados. O gastar indiscriminadamente faz parte da imagem de sucesso que se quer passar, não importa o quão difícil foi ganhar esse dinheiro. Não há como, ao que parece, dissuadir alguém que quer partir. Mesmo que a questão do desemprego seja também ela uma ilusão (não são propriamente desempregados), a

França exerce o poder de resolver um problema que é vivenciado como a desocupação, a falta absoluta de alternativas. A França constitui uma ilusão tão forte que ao chegar e se ver acolhido num quarto tão escuro e apertado e em condições tão diferentes das relatadas (ou omitidas) e esperadas, o depoente julgou se encontrar num estágio intermediário, que não era a França, algum território “neutro” cuja passagem seria necessária para se alcançar o objetivo final. A França existirá sempre como ilusão e dificilmente corresponderá à realidade vivida. Assim se constitui o sentimento do exílio, da “*elghorba*” que não se resolverá nem com a volta, sobretudo porque a volta para a aldeia também se torna impossível. A volta representa também algo vivido como provisório, e é entendido como tal. O retornante goza de uma situação de “convidado” na própria terra, vivendo uma situação relativamente privilegiada enquanto durar o dinheiro que conseguiu juntar. Mas não encontrará lugar nem se adaptará mais a nenhum tipo de trabalho se quiser ficar. Assim, a ilusão deverá se perpetuar e o retorno à França voltar a acontecer. A imigração vivida concretamente funda na origem, diz Sayad, o paradoxo de um duplo movimento e de uma dupla ficção que acompanha o imigrante: “a ficção de uma volta que se sabe impossível e a ficção de uma naturalização ambígua”, pois o imigrante será sempre um imigrante, entendido como um habitante provisório.

Dessa maneira é preciso se perguntar: o que é um imigrante? É o tema discutido no texto seguinte, em que a imigração se apresenta como uma contradição fundamental que se impõe a todos: aos imigrantes e à sociedade que os recebe e à sociedade da qual provêm, impondo também a manutenção da ilusão coletiva de um estado que não é nem provisório nem permanente. Essa situação se agravou depois que a ordem econômica em expansão não mais precisou de uma mão-de-obra imigrante permanente e sempre mais numerosa. Todos acabaram por acreditar que os imigrantes tinham o seu lugar durável, mas à margem e na base inferior da hierarquia social. A

vivência dessa situação tem dois lados. O imigrante a vive com o temor da expulsão e da precariedade de sua situação e passa a reivindicar o direito a uma existência plena. Basta que isso ocorra para que se reafirme a definição primeira de imigrante, ou seja, como trabalhador provisório e de imigração como estadia literalmente provisória. Daí o balanço contábil dos “custos” e “vantagens” comparados, em todos os sentidos, não apenas o econômico, mas o político, que compreende os acordos sobre a mão-de-obra, as convenções bilaterais, as que discutem os direitos de nacionalidade, a questão do desemprego, da aposentadoria, do salário-família, as políticas regionais, etc.

A imigração se torna, assim, um “problema social” antes mesmo de se tornar objeto da Sociologia, o próprio discurso sobre a imigração se torna um discurso *imposto*, toda problemática da ciência social da imigração torna-se imposta, na medida em que o imigrante sempre aparece como um problema social (não há discussão sobre desemprego que não envolva o imigrante, por exemplo). O etnocentrismo levado às últimas conseqüências produz a comparação, a imigração mais recente dos turcos parece ser mais “vantajosa”: homens jovens e sós, estadias relativamente curtas. Produz-se então o discurso sobre a boa e a má imigração, sobre o “bom” e o “mau” imigrante. A imigração “ruim” ou os imigrantes que se tornaram “ruins” ou menos “vantajosos” são a imigração e os imigrantes argelinos. A imigração argelina adquire contornos de um movimento não estritamente de trabalho, a evolução da imigração familiar começa no final da década de 60 e parece que veio para ficar. Importam-se trabalhadores, mas nunca cidadãos. No entanto a lógica simbólica mascara o caráter intrinsecamente político do fenômeno.

“Conseqüência das perturbações engendradas pela colonização, ou seja, pela confrontação brutal da antiga sociedade argelina (e notadamente do campesinato), com o sistema econômico e o sistema social introduzidos pela colonização, a imigração dos ar-

gelinos na França, devida a causas principalmente econômicas, aparecia no seu início, e mesmo muito tempo depois, como uma imigração de trabalho exclusivamente [...] mas ela iria evoluir e tender para uma imigração de povoamento, confirmando assim a regra quase geral de todos os movimentos migratórios: toda imigração de trabalho contém em germe a imigração de povoamento que a prolongará [...]” (p. 67).

A imigração de famílias inteiras para a França começou em 1938 e se acelerou depois de 1949, resistindo aos anos de guerra e revoluções das décadas de 50 e 60, e mesmo a suspensão da emigração e da imigração, decidida pela Argélia e pela França em 1973 e 1974, não conseguiu impedir a partida das famílias da Argélia. As cerca de 100.000 famílias argelinas na França no final da década de 70 se formaram pelo mecanismo conhecido de reagrupamento familiar ou se constituíram na França por casamentos realizados dentro da comunidade dos imigrantes. Assim, o alto número de crianças e idosos ou pessoas em idade de aposentadoria acabou por conferir à comunidade argelina a imagem de uma pequena sociedade relativamente autônoma mas que apresenta muito mais “desvantagens” do que no passado: uma comunidade que apresenta um alto número de inativos e despesas sociais comparativamente maiores do que a de outras comunidades, como a dos marroquinos e tunisianos, que apresentam uma taxa de atividade bem mais alta porque ou são solteiros ou estão sozinhos na França.

O caráter de “irreversibilidade” que a imigração adquire então confere aos imigrantes argelinos a experiência do prolongamento da colonização que a imigração provoca e faz sobreviver. O movimento é apenas o resultado das relações de força entre os países de emigração e de imigração, que, diz Sayad, já haviam produzido as condições objetivas para sua emigração.

A questão seguinte a ser resolvida e apresentada por Sayad é a questão da habitação, num capítulo intitulado: “O Lar dos Sem-Família”. Trabalho e habitação são as

duas dimensões que definem o estatuto do imigrante – ele só tem “existência” se possui uma habitação e só pode se alojar se tiver um trabalho regular, que só conseguirá se estiver quite em relação à moradia. Depende portanto de dois poderes oficiais: o Ministério do Interior e o Ministério do Trabalho. Como só se concebe o imigrante como provisório, as soluções para a habitação também serão de habitações provisórias: as HLM (habitações de aluguel moderado), construídas e administradas pelo Estado, os “hotéis” ou alojamentos-hotéis, alojamentos-dormitórios, que têm a função de se opor radicalmente a uma habitação tradicional dos imigrantes onde tudo levava a perpetuar as antigas solidariedades e os laços de assistência mútua. A forma como são concebidos os alojamentos leva a uma “dessolidarização” de toda comunidade dos imigrantes, a uma “impossível comunidade”, como diz Sayad, onde os inquilinos não são comensais, onde preferem se isolar, onde os regulamentos são muito mais uma disciplinarização dos comportamentos do que uma simples regulamentação, uma vigilância totalitária em que qualquer deslizamento pode levar à expulsão do alojamento, o que, no limite, pode significar a perda do emprego e a expulsão da França. “A habitação do imigrante só pode ser o que o imigrante é: uma habitação ‘excepcional’, como é ‘excepcional’ a presença do imigrante; uma habitação de emergência para uma situação de emergência; uma habitação provisória [...] para um residente provisório” (p. 75). As instituições governamentais ou filantrópicas que se dedicam a resolver o problema do alojamento dos imigrantes, como as que administram as HLM, ou a Sonacotra (Sociedade Nacional de Construção de Habitação para os Trabalhadores), são herdeiras de uma antiga tradição de filantropia e encontraram, nos imigrantes, uma nova razão de ser. Ao se caracterizar como uma imigração contínua desde 1953, com uma interrupção relativamente prolongada entre 1958-59, por causa do estado de guerra, a imigração argelina, assim como a das demais nacionalidades compreendidas como

provenientes do norte da África (tunisianos, marroquinos, magrebinos, africanos negros, etc.), forçou o desenvolvimento desse tipo de política habitacional, que se desenvolveu nas décadas de 60, 70 e 80 com um objetivo claro de isolamento da população imigrante.

Dessa maneira, “por se institucionalizar sob a forma da oposição intrínseca entre um mundo da emigração (que tende a se confundir com o mundo do subdesenvolvimento), e o mundo da imigração (mundo identificado com o mundo desenvolvido) e, dessa forma, por se universalizar, a imigração acabou por constituir-se em *sistema*” (p. 105), assim como a própria colonização, ao dividir em dois pólos o mercado de trabalho: um mercado de trabalho qualificado para trabalhadores nacionais e um mercado de trabalho desqualificado para trabalhadores imigrantes. Essa situação acabou por confundir as condições de imigrante e de operário que já se tornaram objetivamente indissociáveis.

A identificação entre as duas condições, a de imigrante e a de operário, não se restringe apenas à esfera do trabalho, mas ela vai marcar toda a existência do imigrante e é encontrada em todas as práticas sociais. Na medida em que se estabelece uma relação “infeliz” do imigrante com o trabalho, tanto pelas condições do próprio trabalho quanto pela sua condição de imigrante, é preciso se perguntar sobre os efeitos da ausência (posto que todo imigrante continua sendo um emigrante) do seu lugar de origem. Sayad vai discutir essa questão absolutamente fundamental em qualquer processo imigratório num capítulo intitulado “O ‘Pecado’ da Ausência ou os Efeitos da Emigração”. Realmente, aparentemente devido a uma decisão de ordem individual, a emigração é na verdade produto de todas as contradições contidas na relação bilateral e desigual entre dois tipos completamente diferentes de sociedades e estruturas sociais, como vimos, mas é mediada pela família, pelas necessidades, pelas decisões do grupo familiar, que, no caso argelino, é um grupo muito maior do que a família consanguínea. As relações, portan-

to, que se estabelecem entre os imigrantes no país estrangeiro e o seu trabalho estão permeadas por uma ausência que é preciso justificar constantemente, tanto mais fortemente quanto mais se prolonga indefinidamente e tende a transmutar-se em separação radical. Ou seja, a ausência é sempre colocada sob suspeita e aqueles que permitem que eles se ausentassem também se colocam sob suspeita, são “cúmplices”. Daí o sentimento constante de culpa, de pecado original, impregnado na emigração. Veremos, num capítulo mais à frente, que o rompimento dessa armadilha parece ser possível apenas para os filhos, especialmente aqueles nascidos na França, mas mesmo aí residem outros tantos conflitos.

A análise do que se identifica como sentimento de culpa é realizada com base na narrativa bastante representativa de um imigrante que estava com 51 anos na época da entrevista e que havia chegado à França pela primeira vez com 19 anos, em 1953, tendo passado por várias etapas do movimento migratório na França, por diversos tipos de emprego muito comuns entre os imigrantes, como o trabalho em minas de carvão, na siderurgia e todos os trabalhos pesados que são reservados aos imigrantes, em que uma das características é justamente a instabilidade e a insegurança. Contudo, esse é apenas um dos aspectos que podem dar conta da relação conflituosa com o trabalho. A gênese, entretanto, do “mal-estar” se encontra no próprio princípio da emigração/imigração, a sua ausência da sua terra e da sua família, o seu “pecado original”. Não se tratando de uma relação natural com o trabalho, ele próprio sendo a origem da emigração, portanto da separação, ela funda uma ruptura interna que paradoxalmente só se resolveria pela ação terapêutica do trabalho. Como é muito difícil que isso ocorra, o imigrante se apresenta como bastante dividido e dilacerado. A França é uma armadilha da qual não se pode fugir.

Como se ameniza essa sensação, como se aliviam as “culpas”? Pelas diferentes maneiras de comunicação, pela carta escrita, pelos intermediários de mensagens orais que acabam desempenhando um papel bas-

tante importante na transmissão de notícias, no envio de dinheiro, e mesmo na interpretação da situação e dos sentimentos do imigrante na França e das lamentações e necessidades das famílias na Argélia. No capítulo referente a esse tema, “Da Mensagem Oral à Mensagem Gravada, a Comunicação com o Ausente”, Sayad apresenta situações que mostram a importância desses mensageiros, desses intermediários. A mensagem oral “supõe um grupo social relativamente bem integrado e, em seu seio, uma grande familiaridade nas relações, quando não, uma cumplicidade entre os diferentes membros (e não apenas entre as partes da mensagem)”. À medida, entretanto, que se foi descobrindo a possibilidade de enviar mensagens gravadas, longos relatos familiares foram substituindo as mensagens orais, a comunicação se tornando uma maneira de encurtar as distâncias apenas resolvidas nos momentos das férias anuais, elas também fontes de novas energias renovadas, mas também de inúmeros conflitos sobre a organização familiar, os retornos, etc.

O adensamento da imigração na França, reforçando de certa forma o ritmo dos deslocamentos provenientes da Argélia, o desenvolvimento de redes de solidariedade e o estabelecimento da imigração contínua, provocaram quase que como consequência o aumento do fluxo de famílias inteiras. Conversar, hoje, com um imigrante que chegou, por exemplo, na década de 40 ou 50, permite vislumbrar o conjunto das diferentes fases da imigração argelina.

Sendo assim, o capítulo intitulado “Os Filhos Ilegítimos”, ao se dedicar a transcrever e analisar o relato (resultado de uma série de entrevistas), de Zahoua, uma jovem estudante pertencente a uma família emigrante argelina chegada na França em 1954 e que reside num subúrbio parisiense, permite, através das transformações observadas no seio dessa família e nas relações entre seus membros, formular “quase que uma teoria da família e de suas transformações sob o efeito da imigração” (p. 173). Além disso, vislumbra a possibilidade de um rompimento do que se chamou de as

armadilhas em que se colocavam os primeiros imigrantes no que se refere ao “não lugar” na sociedade francesa e ao mesmo tempo a impossibilidade objetiva da volta. Embora não tenha nascido na França, tendo vindo muito pequena, Zahoua pôde se beneficiar de uma escolarização integral, e, por sua posição de filha mais nova na fratria, pôde ousar pensar em cursar uma faculdade de línguas orientais, como “uma francesa”, como diziam seus parentes na Argélia ao se referirem às suas vestimentas e maneira de falar.

A posição na fratria, realmente, para os filhos da primeira geração de imigrantes, é um elemento decisivo na determinação de suas possibilidades de escolarização e, portanto, de inserção na sociedade francesa. A geração nascida na França vivenciou, certamente, a primeira fase da adaptação dos imigrantes argelinos, em que duas ou mais famílias conviviam numa mesma grande casa, o que evidentemente permitia a circulação das pessoas e das crianças num ambiente propício ao desenvolvimento de redes de solidariedade, situação bastante diferente daquela que vivenciariam mais tarde, com a demolição das casas e a transferência da população de imigrantes para os enormes conjuntos habitacionais tipo HLM descritos no capítulo “O Lar dos Sem-Família”. Assim, Zahoua participou daquela forma de maior proximidade entre os parentes e conterrâneos que solidificou os laços entre eles, chegando a se considerar, portanto, uma argelina e não uma francesa. Por outro lado, viajava com os pais para a Argélia nas férias anuais, o que lhe permitia reforçar algumas solidariedades, sobretudo do ponto de vista da participação política ao lado de outros jovens argelinos, etc. Essa experiência também ajudou na decisão pela opção da continuidade dos estudos e pela França. É a única das filhas mulheres a ter conseguido morar sozinha em Paris. A família havia se mudado há tempos para um apartamento minúsculo tipo HLM, mas o desejo de independência foi o fator que mais pesou na decisão de tentar morar sozinha.

Através desse relato fica evidente a existência de uma ruptura dentro da família, uma linha divisória, como diz o informante: de um lado aqueles educados e socializados na Argélia e do outro os beneficiados pela educação francesa. Essa divisão é entendida pelo pai de Zahoua como a fonte de todos os problemas e dramas que impediram a realização de seu projeto inicial como emigrante-imigrante. Mas não entende ou demonstra o que o autor chama nossa atenção, que as causas da não-realização desse projeto não estão no seio daquela família específica mas na lógica interna do fenômeno migratório.

Nos dois últimos capítulos da obra (“Imigração e Convenções Internacionais” e “A Ordem da Imigração na Ordem das Nações”) o autor demonstra a construção dessa lógica interna da migração, recorrendo à análise dos tratados internacionais, e qual o lugar das migrações na ordem das nações, que geram as condições de vida dos indivíduos e impedem a realização do seu ideal forjado no início desse processo. Sayad demonstra o quanto o problema migratório está vinculado aos *status* dos signatários desses tratados. Realça que nesse tipo de migração as partes são desiguais, pois os países fornecedores de mão-de-obra são aqueles de menor desenvolvimento econômico e os que recebem o fluxo migratório estão em posição privilegiada. Estes *status* diferenciados dão o tom dos tratados que concretizam uma “relação de dominação”, na qual os indivíduos que se deslocam entre os dois países não têm voz, e quem dita os termos é o país receptor, sendo mais ou menos vantajoso para este segundo o grau de desenvolvimento do país de emigração.

Enfim, ao final da leitura, e dos últimos dois capítulos em especial, realça-se a proposta inicial, onde a imigração deve ser analisada não só como referencial teórico de uma disciplina, mas como “fato social completo”, que exige a compreensão dos indivíduos não como imigrantes apenas, mas como pessoas que transitam, não só pelo espaço físico-geográfico, mas pela condição de emigrante e imigrante.